



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ

Reunião Ordinária de Abril – 17 de Abril de 2024

Às quatorze horas do dia dezessete do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reúnem-se por meio de reunião híbrida sendo presencial no Gabinete de Gestão Integrada – GGI, Palácio Iguaçu e no ambiente virtual no link: <https://www.youtube.com/watch?v=FiYcjioLkW4>, os membros do Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial do Paraná, a participarem dessa Reunião Ordinária, o Presidente do conselho Aloísio Justino do Nascimento, secretário-executivo Eduardo Araújo, conselheiros do Governo Estadual, Galindo Pedro Ramos, Luciano Sanches, Jane Vasques, Victor Hugo, Alyne Conti Damiani Ferreira, Lucimar Pasin de Godoy e os conselheiros da Sociedade Civil, Jessy Nicole Mello de Souza, Marcos Aparecido Soares, Edvaldo Viana, Roseli dos Santos Freitas. Iniciando a reunião ordinária, o presidente Aloísio Justino do Nascimento agradece a presença de todas e todos, em seguida o secretário-executivo Eduardo Araújo, realiza a primeira chamada às quatorze horas e constata a falta de quórum, às quatorze horas e quinze minutos realiza a segunda chamada, e novamente constata a falta de quórum com registro de 13 conselheiros presentes. O conselheiro Edvaldo Viana que participa da reunião de forma remota, chama pelo presidente Aloísio, que lhe permite a fala, prosseguindo o conselheiro pede para que seja registrada sua presença, afirmando não ter ouvido seu nome durante a chamada, nesse momento o secretário-executivo Eduardo Araújo informa que o conselheiro teve sim, sua presença devidamente registrada. Retomando sua fala o presidente Aloísio, informa que, por não ter havido quórum na segunda chamada para seja efetivada a reunião extraordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, declara encerrada a reunião. Pedindo na sequência para que o secretário-executivo encaminhe ofícios para as entidades da sociedade civil que não se fizeram presentes, especialmente aquelas que recorrentemente tem se ausentado das reuniões, para que as tratativas necessárias sejam realizadas em relação às ausências, especialmente aquelas que tem efetivamente infringido com o que reza o regimento interno do conselho, para que se possam ser estabelecidas as providências cabíveis, considerando as faltas cometidas nessa e nas últimas reuniões. Assim que a reunião é encerrada, o presidente disponibiliza o tempo seguinte para manifestação de conselheiro ou conselheira que queira relatar algum informe ou qualquer outra observação e seguindo o indicativo, o conselheiro Edvaldo Viana abre sua fala concordando com a última proposição apresentada pelo presidente, além disso solicita para que a mesa diretora tome providências, já que o trabalho está sendo prejudicado pela ausência de pessoas que não têm interesse e que anteriormente se colocaram à disposição, mas que hoje não estão mais contribuindo com sua participação, alerta ainda que os trabalhos estão parados, que as demandas estão chegando e que o racismo continua cada vez maior, que o conselho não está fazendo

nada, simplesmente porque não se tem quórum para reuniões marcadas uma vez por mês, enfatiza que a mesa diretora deveria tomar providência no prazo máximo entre 10 e 15 dias para aquelas entidades que não estão se fazendo presentes e que quer ver o que será feito a respeito, questiona se as entidades vão perder a vaga e questiona ainda, se tem vaga para suplentes que ficaram na dependência de alguma entidade faltosa e o que o precisaria para que elas assumissem. Em seguida pede para que o mediador do conselho faça essas tratativas a fim de resolver o problema para que na próxima reunião possamos ter quórum adequado para dar continuidade nos trabalhos, e insiste em dizer que o racismo continua e que não é cabível que pessoas fiquem usando o conselho só para se manter no conselho e não participar, então fica aqui meu ato de indignação, pede desculpas pelo desabafo e encerra a fala. Em seguida o presidente Aloísio, agradece a manifestação do conselheiro Edvaldo Viana e informa que solicitará esclarecimentos com relação aos procedimentos junto à secretaria executiva, pois existe um regimento que normatiza as ações internas do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e certamente nesse regimento deve ter alguma situação em resposta, e pede para que o secretário-executivo possa registrar qual o procedimento cabível nessas situações, encerrando a fala. Nesse momento o secretário-executivo Eduardo Araújo informa que no regimento interno consta que na ausência de três reuniões consecutivas da instituição, cabe a substituição, informa ainda que já é a terceira reunião do conselho sem a presença maciça de grande parte dos conselheiros, inclusive sem justificativa, afirma que o regimento interno reza e prevê a questão da justificativa e não foram feitas justificativas e também devem ser aprovados pelo conselho, então conforme foi solicitado pelo presidente, afirma que fará o levantamento das últimas três reuniões que por ventura não houve quórum, para passar essas informações para o Presidente e junto também à Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e da Pessoa Idosa, à coordenação, à diretoria de Igualdade Racial Povos e Comunidades Tradicionais e ao Ministério Público para saber quais os trâmites à serem realizados junto esse conselho, porque a política não pode parar, pois temos a necessidade da continuidade dos trabalhos, nesse instante o secretário-executivo solicita uma questão de ordem ao presidente citando o ponto quinto da pauta, que versa sobre a necessidade de aprovação do termo circunstanciado do Fundo Estadual de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – FUNDEPIR, e sugere que mesmo que não existindo o quórum, o conselho precisa apresentar em prazo para a Secretaria da Fazenda e órgãos de controle, informa a necessidade apresentar esse relatório aprovado pelo conselho ainda esse mês, e sugere para que os conselheiros presentes aprovem o relatório, e se for o caso retornar a pauta na próxima reunião para ciência dos demais conselheiros, mas necessária uma questão de ordem técnica da secretaria impacta no serviço administrativo do conselho é feito pela secretaria afirma que é preciso definir o tema hoje, o secretário se disponibiliza o socializar o documento nessa data para que seja avaliado mesmo que com os membros em presença mínima pode ser por referendo, nesse momento, interrompe a fala para informar que a pedido do conselheiro Luciano, solicita que seja chamada uma reunião extraordinária com essa pauta, uma vez que haja quórum, encerrando a questão. Segue o presidente Aloísio perguntando se mais alguém tem algum informe, nesse momento o conselheiro Marcos Soares pede a palavra e segue dizendo que replica a fala do conselheiro Edvaldo Viana, que acredita que sejam três reuniões consecutivas ou intercaladas, pede para que quem não tiver interesse em contribuir com o andamento, que saia do conselho, faz um desabafo dizendo que conselheiros utilizam-se do grupo institucional de WhatsApp do Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – CONSEPIR para falar asneira, mas quando é para participar das reuniões não participam e a comunidade fica prejudicada, então pede para que a titularidade do conselho seja revista, com as substituições necessárias, diz ainda que ninguém é palhaço de ninguém, finaliza dizendo que essa é a sua revolta. Nesse momento entra o conselheiro Edvaldo Viana

reforçando a fala do conselheiro Marcos e informa que se alguém no grupo for querer saber sobre o que aconteceu na reunião, afirma que será mal educado, pois se alguém quiser saber o que está acontecendo na reunião, deveria participar em vez de ir no grupo perguntar, encerrado sua fala; na sequência pede a palavra o conselheiro Victor Hugo, afirmando que o regimento informa que a partir do momento em que se registra de quórum como suficiente, abre-se a reunião, o conselheiro tem sua presença registrada, após isso se por algum motivo o mesmo venha a se ausentar, não incorrerá em prejuízo ao andamento da reunião, pois uma vez constituído o quórum, a reunião está ativa até seu encerramento, independentemente do número de conselheiros presentes. Segundo ponto que é importante ressaltar; segue dizendo o conselheiro, temos sugestões de alteração da legislação do Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – CONSEPIR, por meio de apresentação de um decreto do governo do estado com interesse de fundo a fundo e alteração do regimento; com exceção da alteração do regimento que depende de votação dos conselheiros, já a alteração de decreto, não demanda a utilização desse conselho; segue o conselheiro Victor Hugo; contudo por óbvio, o presidente do conselho e a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e da Pessoa Idosa – SEMIPI não vão realizar alterações legislativas sem consultar o conselho, mas a gente sabe que o estatuto legal uma hora justificativa outra hora não justifica, mas sabemos que existem erros graves e não podemos ficar demandando quórum para abertura de reunião. Então peço encarecidamente aos conselheiros pois temos pautas muito importantes para serem debatidas no conselho deliberativo, e a primeira delas é a gente arrumar casa para que o conselho possa caminhar de forma correta. E só para exemplificar, o conselho é paritário, contudo tem 29 conselheiro não tem como ser paritário, então fica aí o meu registro. Peço encarecidamente para os conselheiros venham para as reuniões com propostas, para que a política de Igualdade Racial cresça como tem que crescer, encerrando sua fala, então o presidente Aloísio dá continuidade dizendo que as contribuições do conselheiro são sempre pertinentes, agradece, então passa a palavra para o diretor de Igualdade Racial e conselheiro Eduardo Filho, inicia sua participação saudando a presença dos demais, repete a fala do secretário-executivo, em relação a reposição de conselheiros, acrescenta à sua fala a dedicação da Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais – DIRPICT e da presidência do Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – CONSEPIR, levanta a questão da necessidade de compromisso do Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – CONSEPIR para com as atividades relacionadas as demandas da comunidades, e além disso socializa a informação sobre os andamentos da Conferência de Povos e Comunidades Tradicional solicitando a contribuição e todos para a realização compartilhamento dos informativos correlacionados, agradece e encerra sua fala, continuando segue o presidente agradecendo a participação do conselheiro e diretor na Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais – DIRPCT Eduardo Filho, citando a importante contribuição da ex-diretora Clemilda Santiago para as ações realizadas no período junto ao Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – CONSEPIR, à partir desse momento passa a realizar alguns informes sobre as ações da Presidência, dizendo que esteve em diligência pelas cidades de Umuarama, Cianorte, Paranavaí e Maringá, acompanhado pelos conselheiros Edvaldo Viana e Marcos Aparecido, que estiveram em reunião com dezenas de associações de municípios com propósito de tratar da implantação de Conselhos Municipais, e que obtiveram êxito em suas visitas apesar das dificuldades, afirma ainda que foram reuniões muito produtivas e que obtiveram sinalizações de que em um futuro breve a maioria dessas cidades implantarão seus respectivos conselhos para executar as políticas públicas promoção da igualdade racial, informa que o próximo encontro do Conselhos estaduais será em meados de Julho provavelmente em Curitiba, informa ainda que o

conselho está realizando tratativas para efetivar uma parceria com o curso Jurídico que propiciará bolsas de desconto de 25 e 40% para estudantes negros, ainda que visitará o Sr. Roque da Agência Maringá de Tecnologia e Inovação para tratar de recorte de vagas para afrodescendentes no oferecimento de 300 bolsas de capacitação para o curso de Informática pela instituição, que o Conselho está trabalhando em parceria com o Ministério Público do Paraná no Projeto Cidades Antirracistas, que já existe no estado de São Paulo, informa que já esteve em reuniões com promotores de justiça paulistas e paranaenses e cita duas reuniões com o Dr. Olímpio na próxima semana viajará à São Paulo com o objetivo de buscar maiores informações sobre o Projeto. E segue a fala, afirmando que a presidência teve a felicidade de se reunir nessa mesma manhã com 6 ou 7 técnicos da 6ª Inspeção do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, acrescenta que a qual deixou muito “claro” a existência da intenção de contribuir com os processos de expansão das políticas de promoção de Igualdade Racial do estado do Paraná, afirma que as tratativas serão aprofundadas e que foi uma reunião muito importante. Ressalta a importância de ter como parceiros de causa entidades tão fortes e potentes como o Tribunal de Contas do Estado, bem como o Ministério Público e o Governo do Estado do Paraná engajadas na luta, e que essa presidência desde o início do mandato tem buscado o diálogo permanente entre os entes, lamenta os motivos alheios que impedem o avanço das pautas como a legislação em apoio ao regimento na tratativa de paridade citando a contribuição do Conselheiro Dr. Victor, ações de políticas públicas nesse momento rico em que existe uma secretaria voltada as demandas da população negra. Agradece a participação e principalmente no auxílio nos processos de controle e fiscalização por meio da ouvidoria no controle interno da Secretaria de Estado da Mulher Igualdade, Racial e da Pessoa Idosa – SEMIPI, e passa a palavra ao conselheiro e Diretor na Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais – DIRPCT Eduardo de Oliveira Filho, que solicita a convocação da Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais, para assessorar nas agendas informadas, devolvendo em seguida a fala ao presidente, que agradece afirma ainda que a parceria continuará sendo conduzida, faz ainda informes complementares com relação a ações estratégicas de parcerias com Secretaria de Saúde por meio do Sr. Abreu por iniciativa do conselheiro Marcos Aparecido para realização de Seminário sobre saúde quilombola, com o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná – HEMEPAR, sobre doenças do sangue e em tratativas com a Secretaria de Estado da Justiça – SEJU com relação a pauta dos Migrantes, replicando nesse momento a informação da conselheira Dra. Jane sobre a Conferência dos Migrantes que ocorrerá dia 24 e 25 no Mabu, no centro de Curitiba, ao iniciar os agradecimentos finais, interrompe a fala, e passa a palavra para o conselheiro Dr. Luciano da Secretaria da Administração e da Previdência – SEAP, que faz uma avaliação da efetividade do conselho, sobretudo em reação a pessoas que não tem vínculo com o Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – CONSEPIR mas que estão no grupo de WhatsApp ressaltando o fato de existirem 29 conselheiros e não ter porque existirem 42 pessoas integrando o grupo do WhatsApp levanta a questão da falta de compromisso real com as demandas da sociedade, reitera o cumprimento ao que está posto no regimento interno do Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – CONSEPIR conforme descrito pelo secretário-executivo do conselho Eduardo Araújo, solicita que o presidente haja com mais rigor no tratamento ao fatos apresentados e faz um desabafo de indignação encerrando, a partir desse momento o presidente inicia sua fala final complementando a fala do último conselheiro em relação aos suplentes que devem ser contabilizados no calculo realizado, após isso pede para que o secretário-executivo faça o levantamento dos integrantes do grupo de WhatsApp. Faz finalização informando que ocorrerá uma reunião descentralizada dia 16 de maio em Cascavel e encerra. A presente ata foi lavrada por Eduardo Araújo.